# A construção da sociedade ocidental: disciplina, trabalho, tempo e o desenvolvimento da vida urbana

**CARLOS EDUARDO RODRIGUES***

**LIDIANI A. MACEDO****

**Resumo**

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, o foco é o desenrolar da vida urbana nas cidades da época do Renascimento, sua política e cultura de valorização da vida urbana em detrimento a vida rural, cujas referências são procuradas na Antiguidade Clássica e não no Feudalismo. Em uma segunda parte o enfoque é o período conhecido como Revolução Industrial e como este modificou a sociedade do século XVIII, trazendo novas concepções de tempo que auxiliaram a disciplinar essa sociedade aos novos ritmos, de tarefas, de trabalho, de estudos e do dia a dia, ajudando a transformar uma sociedade basicamente agrária em citadina.

**Palavras-chaves:** Cidade; Renascimento; Revolução Industrial; Trabalho; Tempo.

**The construction of western society: discipline, work, time and the development of urban**

**Abstract**

This article is divided into two parts. At first, the focus is the development of urban life in cities of the Renaissance, its politics and culture of appreciation of urban life over rural life, the references are sought in Classical Antiquity and not in Feudalism. In a second part the focus is the period known as the Industrial Revolution and how it changed the society of the eighteenth century, bringing new concepts of time that helped to discipline this company to new rhythms, task, work, studies and day to day, helping transform a basically agrarian society in city.

**Key words:** City; Renaissance; Industrial Revolution; Labour; Time.

* **CARLOS EDUARDO RODRIGUES** é Mestrando em História da Universidade Estadual de Maringá.

** **LIDIANI A. MACEDO** é Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), e especialista em Histórias das Religiões pela mesma Universidade.

*A cidade está pousando* (The city is land A cidade está pousando (The city is landing)
Autor: Jacek Yerka (1952-). Fonte: http://uploads5.wikipaintings.org/images/jacek-yerka/loading-cities.jpg

No período conhecido como Renascimento entre os séculos XV e XVI se desenvolveu na Europa um novo tipo de sociedade, caracterizada pelo hibridismo de elementos culturais grego-romanos e judaico-cristãos, apresentados na política, no cotidiano e na filosofia, marcado por grandes transformações como as descobertas marítimas, a reforma protestante e a contra reforma católica, o destaque do burguês na sociedade e os germes do Estado Absolutista[1]. Muitas destas transformações foram decorrentes do surgimento da burguesia. Também, foi neste período que a sociedade passou a buscar um espaço para a construção do individualismo e a escolher sua própria história "nacional", necessária para a secularização da sociedade.

O Renascimento é a primeira época da história europeia a escolher e teorizar sobre um passado. Nas sociedades anteriores como a Grécia e Roma pagã e o medievo católico, o passado se

[1] O Estado Absolutista tem como característica geral a centralização e unificação administrativa, com a eliminação da autonomia dos poderes senhores feudais, sua justiça e moeda. Para a consolidação da centralização administrativa, o rei Absolutista criou um exército e uma burocracia organizada, encarregada de unificar a arrecadação de impostos, a moeda, os pesos, as medidas e fundar uma justiça acima das instancias senhoris.

apresentava pronto sobre forma de mitos, estes não eram claramente definidos, tratava-se de histórias falsas, com animais híbridos e lugares fantásticos que diziam respeito a fatos verídicos ou não. No entanto, esses mitos seriam "reinterpretados", em essência, separados da história pelos nascentes Estados Absolutistas do Renascimento, que procuravam criar uma "história nacional" para a sustentação do ideal de povo comum, consolidação de modelos políticos como o Direito Divino dos Reis[2] e suas gloriosas fundações em tempos romanos:

> As cidades-estado do Renascimento procuraram na história de Roma os fundamentos da sua própria história "nacional", sublinhando insistentemente a fundação dessas cidades em tempos romanos (HELLER, 1982, p.51).

A primeira manifestação do pensamento renascentista foi à separação entre mito e história, indispensável para consolidar o passado e construir um sentimento "nacional". Os mitos agem como função social de legitimar o governante, por exemplo, em Roma o mito de Numa[3] foi criado no século I para estabelecer uma ligação com o passado glorioso das monarquias dos setes reis fundador. Através de uma análise temporal, Carlo Ginzburg(2001)[4] relaciona o poder e a força dos mitos da antiguidade com o poder católico do Renascimento sobre os fiéis através do desejo de salvação da alma (possível somente com a interseção da Igreja Católica), pelo mito da vida eterna, do céu e do inferno, da punição dos pecadores e do medo da morte como rito representativo da sociedade feudal, essas "imagens" são expressas na arte grotesca, no romantismo (fúnebre trágico e soturno), o diabo encarna o espanto, melancolia e tragédia, já no realismo (alegre, cômico e matinal) é a santidade ao avesso. Porém, com a Reforma Protestante e a secularização da sociedade, levantam-se questões reflexivas pelo povo perante os dogmas cristãos.

Com a secularização da sociedade oriundas da união entre as heranças judaico-cristã e greco-romana a religião deixa de ditar totalmente as regras de condutas sociais, a ação do livre-arbítrio provoca nos homens uma diminuição da crença na providência divina, os teóricos iniciam um desapego das grandes questões teológicas da Idade Média e buscam um conhecimento mais técnico, próximo do cotidiano e indispensável para o desenvolvimento da vida urbana capitalista da nascente sociedade burguesa. As relações morais e sociais se desprendem dos dogmas cristãos, cria-se uma espécie de ateísmo prático, um cristianismo racional ou religião tolerante da razão, os homens

[2] Considerado uma doutrina política e religiosa européia, o Direito divino dos reis têm seus antecedentes no cesaropapismo bizantino e está fundamentado na crença de que o monarca possuie o poder para governar devido à vontade de Deus. Assim, qualquer iniciativa de retirar o rei de seu trono era um ato contra a vontade divina. Esse modelo de governar esteve presente em quase toda a Europa entre os séculos XV e XVII, sobretudo nos reinos ocidental, sendo a França de Luís XIV o maio exemplo.

[3] Numa Pompílo (*Numa Pompilius*) é o segundo rei de Roma, de origem Sabina e nascido em Cures. A Numa é atribuído a elaboração da legislação, de templos e instituições religiosas, a regularização do ano civil em 10 meses, a divisão do povo em corporações de acordo com a profissão, além do esforço para terminar com todas as distinções entre sabinos e romanos. Segundo a crença moderna Numa nunca existiu, trata-se de uma personificação do período da legislação civil e religiosa dos romanos (SPALDING, 1991, p. 103).

[4] A análise sobre o poder e força dos mitos se encontra detalhada no capítulo 2 intitulado *Mito: distância e mentira*, do livro Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.

passam a atuar como ateus práticos e a assumir uma atitude crítica contra qualquer tipo de dogma que estivesse no caminho da individualidade e da liberdade.

O desenrolar do individualismo coincide com o surgimento da burguesia no cenário social através do desenvolvimento comercial e econômico, ao mesmo tempo, surge nas manifestações populares do final da Idade Média e inicio do Renascimento, uma forma de humor que invertia os "papeis" da sociedade feudal, eram festejos populares sintetizado no carnaval que atribuíam elementos cômicos na vida cotidiana do homem medieval, eram feitos em praça pública e tinha como função oporem-se as sérias e oficiais cerimônias feudais e religiosas que fortaleciam e representavam a hierarquia, tabus e privilégios da ordem vigente. Eram nesses festejos populares que a "a alienação desaparecia" e o "homem tornava a si mesmo e sentia-se um ser humano entre os seus semelhantes" (BAKHTIN, 1999, p. 9).

Ao mesmo tempo em que os festejos populares florescem, as novas estruturas políticas seguem o mesmo caminho, o retorno às estruturas romanas está teorizado no livro *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel (1469-1527) que foi dedicado a Lorenzo de Médici (Lorenzo II) soberano de Florença, no livro o autor faz inúmeras referências às estratégias militares e políticas dos principais príncipes da Antiguidade Clássica e de outras regiões da Europa e Oriente Médio[5], estas estratégias perpassam pelo uso da força, da astúcia, sinceridade e da mentira, para Maquiavel "os fins justificam os meios", o bom príncipe será aquele que consegue mesclar em seu governo política, força, verdades e mentiras, em discursos recheados de tópicas[6] e retóricas[7] comuns, elementos fundamentais para atender as novas exigências de comando das cidades do Renascimento.

Tais exigências perpassam também pelo uso político do mito. Em Platão, por exemplo, a mentira (os mitos) é vista

[5] Entre tantas referências feitas por Maquiavel destaco duas: a primeira sobre o Império Romano (século I a.C.-V) "Nas províncias conquistadas, os romanos sempre seguiram esta norma: instalaram colônias, apoiaram os menos poderosos – sem aumentar-lhes as forças –, abateram os de maior poder e não permitiram que os Estados estrangeiros exercessem sobre elas sua influência" (1982, p.78); a segunda acerca do Império Turco Otomano (séculos XIII-XIX): "O soberano turco é uma exceção [em relação aos Estados da Europa Ocidental], porque mantém sempre à sua volta doze mil cavaleiros, de que dependem a força e a segurança do seu reino; tem a necessidade portanto de pospor qualquer outra consideração para manter sua amizade. O mesmo acontece com o reino do sultão que [...]. Nota-se que o Estado do sultão é diferente de todos os outros, e semelhante ao pontificado cristão [...]" (1982, p. 117-118).

[6] As tópicas podem ser consideradas imagens recorrentes que assumem ou não significados diferentes em cada época, que no decorrer do tempo se transformou em clichês de emprego universal no terreno da literatura. São utilizada desde a Antiguidade Clássica e estão presente nos discursos de consolação recitado por poetas pagãos acerca dos heróis falecidos e pelos cristãos para seus patriarcas religiosos. É constantemente utilizada nos discursos políticos como forma de enfatizar argumentos falsos ou verdadeiros (CURTIUS, 1996, cap. V).

[7] A retórica é a arte de bem falar, o poder de construir um discurso artisticamente elaborado capaz de influenciar os ouvintes de modo a aderirem ao "comando" do orador. Em Roma do século II a arte da oratória se desenvolveu na vida política urbana, tornando obrigatório nas escolares o ensino do discurso político e da retórica. No medievo cristão, a retórica aparece através das artes liberais como gramática em prosa e, a partir do século XI, ela será subordinada as necessidades contemporâneas, nas práticas administrativas, na compilação de cartas e documentos (CURTIUS, 1996, cap. IV).

como um bem comum (e até necessária) para os lideres das cidades governarem:

> Por conseguinte, se compete a alguém mentir, é aos líderes da cidade, no interesse da própria cidade, em virtude dos inimigos ou dos cidadãos; a todas as demais pessoas não é lícito este recurso (PLATÃO, 1997, p.79)

Se o Renascimento é caracterizado pelo "retorno" as ideias da antiguidade clássica, as bases de sustentação da nova vida citadina se fizeram com o uso político da mentira, ferramenta essencial para o bem comum. Ginzburg analisando a *Metafísica* de Aristóteles percebe a retomada da mentira com tema recorrente para o controle social projetado e sustentado por perspectivas históricas.

Em meado dos séculos XVII e XVIII criou se a necessidades de encontrar novas fórmulas políticas sobre a configuração da sociedade e do Estado: participação, igualdade jurídica, liberdades individuais e direito de propriedade, novas teorias políticas contribuíram para compor a ideologia da burguesia, entre diversos pensadores encontramos o político inglês do século XVII Thomas Hobbes (1588-1679), considerado por muitos o filósofo da burguesia foi criador do mito do Estado Moderno e introduziu o individualismo radical no pensamento político, concedendo as bases do contrato social que seria desenvolvido posteriormente por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Para Hobbes, o Estado deve estar à frente de todas as outras instituições inclusive da Igreja Católica, a existência de ambas em escala igualitária seria impossível, cabia ao Estado impor sua força e suas leis para manter a ordem, isso levou Ginzburg a concluiu que o uso político do mito como legitimação de poder foi utilizado desde a Antiguidade Clássica, passando pelo cristianismo medieval e sendo retomado nos nascentes Estado Absolutista. Em todos os períodos, os mitos exerciam a função básica de criar uma "identidade" comum entre passado e presente, povo e governantes.

Os mitos serviram para criar uma "identidade nacional" no desenvolver da vida urbana burguesa. Já a desvalorização econômica do campo na transição do feudalismo para o capitalismo proporcionou na literatura inglesa diversos poemas bucólicos escritos por pessoas de classe intermediária, homens livres ou sem obrigações servis, vilões, pequenos proprietários, fazendeiros e camponeses com direito sobre as terras comunais ou arrendatários de terras, esses poemas retratavam a velha vida camponesa de forma idealizada, sempre com a constante afirmação de uma economia "ética" e/ou "natural" que só existia na velha ordem social estável do sistema feudal (WILLIANS, 1989, p. 62). No fundo, trata-se de uma literatura que registrava o nascimento de

> uma ordem mais estável e centralizada – um sistema de controle mais sócio-econômico do que diretamente militar-físico", o "logro da ordem feudal substituído pelo logro da ordem capitalista agrária, com o mínimo de continuidade – em títulos e símbolos de autoridade, em etapas sucessivas de uma "ordem natural" – necessária para confundir e controlar" (WILLIAMS, 1989, p. 61-62).

Ao analisar a obra Utopia de Thomas More (1478-1535) escrita no período dos cercamentos[8] dos campos na

[8] Sucintamente, os cercamentos constituíram um longo processo de banimento do camponês

Inglaterra, Raymond Williams (1989, p. 66-67) sustenta a hipótese de que as literaturas bucólicas do período eram produzidas a partir dos interesses individuais da classe intermediária, as queixas existentes na obra de Thomas More são direcionadas para os ricos proprietários exploradores e aos ociosos camponeses, essas queixas eram uma tentativa de afirmação do poder dessa classe intermediária em um momento de instabilidade social, queriam se proteger dos cercamentos e ao mesmo tempo da ociosidade camponesa propondo uma proteção e reprodução da camada dos pequenos proprietários.

A literatura bucólica inglesa dos séculos XV e XVI tem como base a representação da vida do homem do campo de forma ideal, mostrando o campo como refúgio, um mundo de paz e delícias que ao poucos se desmancha com o avanço do capitalismo, essa nova literatura vem representar um mundo camponês ideal e cheio de virtudes simples, de inocência, natureza e paz, é a expressão oposta da vida na cidade, retratada como local de ambição, violência e barulho, é nesse contraste que se dá a ideia de inocência rural, o campo é o atraso, o velho passado rural feudal, a cidade é o progresso, o novo mundo burguês.

Essa nova literatura surge como expressão popular na Europa ocidental no momento em que o camponês vai aos poucos perdendo suas terras e passa a trabalha para a aristocracia em uma nova realidade econômica e social, não mais regida por laços de servidão e sim pelo "trabalho livre", fazendo com que muitos camponeses se desloquem para as cidades, o novo centro da vida europeia.

As cidades expressam à valorização da vida burguesa, pois é nelas que ocorrem as trocas comerciais, a produção das manufaturas, a chegada das boas novas e a possibilidade de mobilidade social, é também nas cidades que as ciências se desenvolvem não mais preocupadas com a origem do homem e sim com o desenvolver de novas tecnologias prática para o cotidiano, algo essencial para o progresso, é a burguesia que necessita das virtudes da política e vida urbana romana para se combater o passado feudal, é em Platão e Aristóteles que o conhecimento se renova e não nas sumulas teológicas de Santo Agostinho e de Tomás de Aquino, é nos festejos populares que a cultura popular é expressa e é em Hobbes que a burguesia busca suas teorias de governo. Se na Antiguidade Clássica o mito era a origem e a legitimação do poder e de um povo, na modernidade ocidental a história passa a ser esse instrumento de criação, voltado agora para a criação de um estado e de uma nação.

Todas as transformações sociopolíticas iniciadas no Renascimento se mantém como as bases da organização da sociedade ocidental, foi nas cidades que as manufaturas aperfeiçoaram seus meios de produção, transformaram a economia e a maneira do homem se relacionar com o objeto. As ciências preocupadas agora em desenvolver novas tecnologias práticas para o cotidiano atingiu o seu máximo entre meados do século XVIII e XIX com a Revolução Industrial, primeiro na Inglaterra e depois para o resto da

inglês das terras de uso comunitário (as terras comunais), no seu lugar foram instituídas pastagens cercadas para a criação de ovelhas, cuja lã abastecia as manufaturas das cidades. Esse processo acabou por desalojar um grande número de família, que não teve alternativa a não ser se dirigir as cidades para compor a mão de obra das manufaturas. Vale lembrar que, o auge dos cercamentos condiz com a fase de constituição da Revolução Industrial.

Europa, alcançando lugares como os Estados Unidos e Japão.

No entanto, essa ética de ampliar a quantidade de produtos, de produzir mais com menor custo, de expandir o número de pessoas beneficiadas com as novas invenções perpassavam por uma extensa e maciça transformação no comportamento do indivíduo, a "domesticação" e disciplina do corpo, a subdivisão das tarefas e do tempo, calculados e milimetricamente medidos de modo que cada segundo fosse empregado na produção, uma transformação que atingiria toda a organização social, tanto o âmbito individual quanto no coletivo.

O período conhecido como Revolução Industrial trouxe mudanças fundamentais para a sociedade do século XVIII principalmente na concepção de tempo, o que antes era regido pelas tarefas do dia-a-dia passa a seguir o ritmo dos relógios que ajudaram a disciplinar toda a sociedade deste período ao ritmo das fabricas, nas escolas e quartéis, no andamento do trabalho no campo, o tempo passa a ser dividido de acordo com as tarefas, isso possibilitou um maior controle sobre o corpo do operário justamente quando a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho, o que permitiu a expansão da produção, a queda nos preços dos produtos e o incentivo ao consumo, gerando bens até então impensáveis aos empregadores e empregados.

Nas sociedades agrárias o tempo era regido pelo decorrer das tarefas cotidianas e/ou pela vida religiosa. Em Madagáscar, "o tempo podia se medido pelo "cozimento do arroz" (cerca de meia hora) ou pelo fritar de um gafanhoto [...]" e entre os *nuer*, o "relógio diário é o gado, a rotina das tarefas pastoris, [...] as horas do dia e a passagem do tempo são basicamente a sucessão dessas tarefas e a sua relação mútua", no Chile, um terremoto em 1647 foi cronometrado "como tendo durado o tempo de dois credos; enquanto o cozimento de um ovo podia ser estimado por uma Ave-Maria rezada em voz alta"[9].

No mundo rural as tarefas seguiam o ritmo determinado pela natureza, o agricultor sabia de cor a sua ocupação e a ordem para realizá-las: ordenhar as vacas protegê-las, colher o trigo, guardá-lo, tosar as ovelhas no verão, cuidar do fogo, sabia que tinha de respeitar o tempo estipulado pela natureza, do plantio, colheita e a hora certa de descansar, de comer, do chá. O tempo é orientado exclusivamente pelas atividades realizadas pelo camponês, essa orientação levanta três questões importantes:

> a interpretação de que o trabalho medido desta forma é humanamente mais compreensível, já que o camponês cuida melhor de sua necessidade; segundo, as relações sociais se misturam, o dia se flexibiliza segundo as tarefas a serem realizadas, com menos senso de conflito entre o trabalho e o tempo livre, ou seja, parece haver pouca separação entre trabalho e a vida cotidiana; por último, aos homens acostumados com o

[9] E. E. Evans-Pritchard, *The nuer* (Oxford, 1940), pp. 100-4; M. P. Nilsson, *Primitive time reckoning* (Lund, 1920) pp. 32-3; P. A. Sorokin e R. K. Merton, "Social time: a methodological and functional analysis", *Amer. Jl. Social.*, xlii (1937); A. I. Hallowell, "Temporal orientation in western civilization and in a pre-literate society", *Amer. Anthrop.*, nova série, xxxix (1937). Outra fontes para a estimativa do tempo são citadas em H. G. Alexander, *Time as dimensions and history* (Albuquerque, 1945), p. 26 e Beate R. Salz, "*The human element in industrializations*", *Econ. Devel. and Cult. Changer*, iv (1995), esp. PP. 94-114. Citado por THOMPSON, 1998, p. 269-270.

> trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 1998, p. 271-272).

As questões levantadas por Edward P. Thompson refletem as mudanças que vão ocorre no novo mundo industrial, o tempo dedicado ao trabalho nas fábricas não é "humanamente mais compreensível" uma vez que o trabalho do empregado (outrora camponês) passa a pertencer ao empregador que lhe paga apenas uma pequena parte do rendimento de sua labuta, isto estabelece uma separação clara entre trabalho e vida cotidiana, os empregadores, amantes do tempo medido mecanicamente por um relógio consideram o tempo regido pela natureza um desperdício que deve ser combatido, a noção de tempo no novo mundo industrial se altera e essa mudança ocorre na medida em que o tempo se transforma em mercadoria e as pessoas passam a vender sua mão de obra, o tempo passa a reger o ritmo das tarefas e não mais ser regido por elas:

> Aqueles que são contratados experimentam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu "próprio" tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p. 272).

A partir do século XVIII o capitalismo entra em uma fase crucial e se torna industrial e disciplinalizador, a folha de controle do tempo (hoje conhecida como folha ponto), o controlador do tempo (o encarregado), os delatores e as multas passam a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores das manufaturas, começa a ser aplicado aquilo que Michel Foucault (2005) chama de "elaboração temporal do ato", manifestado na precisão do tempo de cada movimento seja ele individual ou coletivo, exemplificado explicitamente ao compararmos a coordenação da marcha do soldado do século XVII e XVIII:

> Acostumar os soldados a marchar por fila ou em batalhão, a marchar na cadência do tambor. E, para isso, começar com o pé direito a fim de que toda a tropa esteja levantando o mesmo pé ao mesmo tempo[10].

Na metade do século XVIII:

> O comprimento do pequeno passo será de um pé, o do passo comum, do passo dobrado e do passo de estrada de dois pés, medidos ao todo de um calcanhar ao outro; quanto à duração, a o pequeno passo e do passo comum serão de um segundo, durante o qual se farão dois passos dobrados; a duração do passo de estrada será de um pouco mais de um segundo. O passo oblíquo será feito no mesmo espaço de um segundo; terá no máximo 18 polegadas de um calcanhar ao outro... O passo comum será executado mantendo-se a cabeça alta e o corpo direito, conservando-se o equilíbrio sucessivamente sobre uma única perna, e levando a outra à frente, a perna esticada, a ponta do pé um pouco voltada para fora e baixa para aflorar sem afetação o terreno sobre o qual se deve marchar e colocar o pé na terra, de maneira que cada parte se apóie ao mesmo tempo sem bater contra a terra[11].

Percebemos aqui uma maior

[10] L. de Montgommery, **La Milice française d' Amboise**, art.4. Citado por FOUCAULT, 2005, p. 129.

[11] **Ordonnance du 1er** janvier, 1766, pour régler l' exercice de l'infanterie. Citado por FOUCAULT, 2005, p. 129.

intensificação do tempo e sincronia dos movimentos. No século XVII o tempo e o ritmo de marcha eram simplesmente regidos pela cadência do tambor e a sincronia das passadas exigia apenas que seu início fosse com o pé direito, ao entrar no século XVIII e com ele a expansão da preocupação com a medição do tempo e dos movimentos a marcha do soldado se subdividiu, agora são cinco tipos de passada: pequeno passo, passo comum, passo dobrado, passo de estrada, passo oblíquo, com distância regulada pelos calcanhares e tempo marcado em segundos, desse modo se obteve maior controle e disciplina sobre os copos dos soldados sem a necessidade do uso excessivo da força, é um tipo de técnica que se expande e chega às relações de trabalho do mundo industrial, o empregador procura maneiras de ajustar os corpos de seus operários aos imperativos temporais. "O tempo penetra no corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder" (FOUCAULT, 2005, p. 129), isso se torna possível graças à difusão e a expansão do relógio mecânico na sociedade ocidental.

Desde o século XIV encontramos relógios nas igrejas e relógios públicos nas cidades-mercados da Europa ocidental, mas foi a partir de 1660 que os relógios de pêndulo começam a se espalhar, sobretudo pelos lares ingleses. Este dispositivo acoplado nos relógios de parede proporcionou maior exatidão na contagem do tempo e juntamente com a introdução de mais um ponteiro para contar os minutos permitiu uma maior subdivisão e exatidão temporal, os relógios portáteis seriam melhorados em 1674 com a aprimorarão do mecanismo de escape e a introdução do "cabelo" (mola helicoidal). Essas melhorias permitiu a difusão do relógio na sociedade fazendo como que este se tornasse um artigo de *status* e prestigio inclusive entre as camadas mais pobres, o gosto popular por essa nova mercadoria vai coincide no exato momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho, proporcionando ao empregador um controle mais efetivo do tempo de trabalho dos seus empregados.

O relógio mecânico aos poucos vai assumindo o lugar da natureza cuja função era a de estabelecer o tempo e o ritmo de trabalho, esta brusca alteração será a chave para a "domesticação" dos antigos camponeses em artesãos fabris disciplinados, porém, nem todos serão domados com facilidade, muitos artesãos que possuíam ritmos irregulares de trabalho como folgar na "Santa Segunda-Feira" ou trabalhar três dias e passar três bebendo precisariam mais do que mecanização da produção e o controle do tempo para serem educados.

Neste ponto, os costumes constituíam um forte entrave na formação das novas relações de trabalho, a tarefa era desacostumar o antigo camponês ao tempo regido pelas tarefas cotidianas e, no caso do homem da cidade, força-lo a estabelecer horários regulares de trabalho, acostumá-los ao trabalho diário sem folgas para bebedeiras, para o chá ou para o cochilo após o almoço, estabelecer o costume de levantar cedo e dormir cedo, evitando assim a vadiagem noturna.

Ensinar essa disciplina aos homens adultos não era uma tarefa fácil, então uma das saídas encontrada foi equacionar os espaços de modo a "prender" o trabalhador em seu local de trabalho, colocando "cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo", é o que Foucault (2005, p. 123) chamou de *quadriculamento* que em algumas fábricas do século XVIII já

aparece, a intenção é distribuir os indivíduos num espaço que facilite a sua localização e seu isolamento dos demais, além de força-lo a se interagir unicamente com a máquina de modo a unificar o espaço físico, a produção e a distribuição dos corpos em prol da fabricação.

Disciplinar os corpos perpassa pela divisão do homem em quantas parcelas possíveis, primeiro individualizando-o frente aos seus colegas, depois subdividindo e alinhando seus movimentos, eliminar os vícios da vadiagem, da aglomeração e do abandono do serviço, vigiar o comportamento a cada instante e de cada um, avalia-lo e medir suas qualidades são agora indispensáveis para o bom rendimento da sua força de trabalho, a arquitetura dos lugares, das fábricas, dos hospitais, das escolas e, posteriormente, a distribuições das ruas e formação de bairros vão se formatando de modo a eliminar os vícios. A partir de agora, o modelo disciplinalizador vai além da fábrica.

Pode-se concluir que disciplinar o corpo do trabalhador para torná-lo eficaz em todo o seu tempo de trabalho recebeu o auxílio fundamental de novas tecnologias, o relógio de pendulo e o relógio portátil foram mecanismos que possibilitaram uma maior sincronização do trabalho, calculando milimetricamente cada processo evitando assim o desperdício de tempo, isso influenciou as demais esferas da sociedade, o lazer, o rezar, o descanso, a alimentação, tudo, sem exceções, passou a ser cronometrada pelo relógio, até mesmo a arquitetura dos ambientes foi formatada em prol da disciplinarização.

Essas alterações estruturais vão, entre outras coisas, mudar o comportamento da sociedade ocidental principalmente em sua estrutura produtiva, possibilitando uma quantidade de riqueza material até então impensáveis além de novos e agudos problemas sociais, é a consolidação de uma estrutura iniciada nos séculos XV e XVI onde o mundo urbano renasceu como centro da vida ocidental.

O Renascimento representou um grande marco na história da Europa, é nessa fase que as antigas estruturas feudais se modificam e criam-se as bases para impulsionar o mundo industrial do século XIX, é nessa época que a cultura popular ganha uma expressão singular nos festejos populares e as ciências são direcionadas para vida prática do cotidiano, os autores da Antiguidade Clássica são retomados, pois é lá onde se encontra as bases teóricas da democracia e da república. A cidade é a expressão da vida burguesa, comércio, produção e riqueza, individualismo, trabalho e disciplina são alguns dos fatores responsáveis pela criação de uma nova organização social, típica do mundo ocidental aonde o desenvolvimento da técnica e da tecnologia vai destruindo as velhas estruturas sociais do Antigo Regime e construindo novas, intimamente ligadas ao ideal de liberdade, igualdade e fraternidade. É também nessa fase que os europeus instituem um ideal de superioridade frente aos demais povos do globo, cujo apogeu tecnológico do século XIX servirá de parâmetro para medir o grau de desenvolvimento das nações, classificando-as em desenvolvidas e subdesenvolvidas.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1999.

CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura européia e Idade Média latina**. São Paulo: Edusp, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes. 2005.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento**. Lisboa: Editora Presença, 1982.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo. O Príncipe**. Brasília: UnB, 1982.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1997.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Dicionário da mitologia latina**. São Paulo: Cultrix, 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Abril Cultura, 1989.

*Recebido em 2013-05-27*
*Publicado em 2014-01-01*